



A dívida social

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV
mcneri@fgv.br*

OS ECONOMISTAS COSTUMAM SE DEDICAR AO estudo das trajetórias das dívidas externa e pública. As razões são bastante razoáveis. Uma sociedade que não honra ao longo do tempo seus compromissos, internacionais ou domésticos, tende à decadência e à instabilidade econômica, política e social.

A História está repleta de exemplos acerca dos efeitos devastadores da má gerência financeira sobre a vida das pessoas. Indo da experiência corrente da Argentina, passando pela queda do regime absolutista francês no século XVIII, até tempos mais remotos onde minha cultura não alcança.

Discutimos aqui a dívida em relação aos miseráveis. A chamada dívida social se baseia no pressuposto ético de que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas minimamente garantidas. À semelhança da dívida pública, ela seria uma dívida da sociedade com ela mesma. A cobrança desta dívida não se dá apenas por intermédio de impostos futuros, mas pela violência da miséria a assaltar nossa consciência e no desempenho econômico medíocre que caracteriza as nações que não investem na sua gente.

O conceito de dívida social aqui defendido é de natureza prospectiva. Não adianta chorar sobre o leite derramado! O conceito visa alongar os horizontes temporais do debate sobre pobreza e desigualdade considerando sucessivos períodos. Outro objetivo é integrar melhor as discussões

macroeconômicas e as sociais, a partir de linguagem e conceito similares. Um dos problemas da área social brasileira é o curto prazo das ações e das análises.

Busca-se em geral aliviar o problema e não atacá-lo de maneira estrutural. Miopia comparável àquela aplicada durante sucessivos anos no combate à inflação brasileira. Em ambos os casos, as soluções eram buscadas mais nas políticas de renda, do que na transformação dos fundamentos a partir do qual indivíduos e coletividade tomam suas decisões.

Outra dificuldade é o tratamento agregado das questões, onde o PIB ocupa lugar absoluto. A abordagem agregada nos permite abstrair dos detalhes de cada árvore e enxergar a floresta. Entretanto, acabamos perdendo perspectiva da diversidade dos bosques, um nível meso, ou intermediário, situado entre o micro e o macro.

Num país desigual, números agregados revelam tanto quanto escondem. A renda média brasileira oculta a riqueza da Bélgica, a miséria da Índia e a conseqüente violência da Colômbia. A literatura social busca cobrir parte dessa lacuna, explorando diferentes formas de somar o nível de bem-estar dos indivíduos.

O capítulo dedicado aos índices de miséria inverte a lógica econômica usual do quem ganha mais, vale mais (vide, por exemplo, a forma de cálculo do PIB). Uma medida útil neste aspecto é o hiato de renda. Isto é, quanto de renda

TAB. 1 – O DÉFICIT SOCIAL (FLUXOS MENSAIS)
BRASIL – POPULAÇÃO 2000 (CENSO)

Linha (R\$)	Proporção de miseráveis 1999 (em %)	População miserável (em milhões)	Transferências mínimas para erradicar a miséria		
			R\$ indigente	R\$ não-indigente	R\$ pessoa
8,00	2,11	3,57	7,00	0,15	0,15
24,00	5,76	9,76	12,51	0,76	0,72
40,00	12,22	20,73	17,41	2,42	2,13
64,00	22,72	38,52	27,89	8,20	6,34
80,00	29,30	49,67	35,81	14,84	10,49
96,00	35,37	59,96	44,36	24,27	15,69
120,00	43,32	73,44	57,97	44,30	25,11
160,00	54,03	91,61	82,49	96,96	44,57
200,00	62,41	105,81	108,98	180,92	68,01
240,00	68,69	116,45	137,19	300,92	94,23

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.

TAB. 2 – A DÍVIDA SOCIAL (ESTOQUE)
BRASIL – POPULAÇÃO 2000 (CENSO)

Linha (R\$)	Proporção de miseráveis 1999 (em %)	Transferências de riqueza por não-miserável (R\$)		
		0,5% a.m.	1% a.m.	2% a.m.
8,00	2,11	30,00	15,00	8,00
24,00	5,76	153,00	76,00	38,00
40,00	12,22	485,00	242,00	121,00
64,00	22,72	1,64	820,00	410,00
80,00	29,30	2,97	1,48	742,00
96,00	35,37	4,85	2,43	1,21
120,00	43,32	8,86	4,43	2,22
160,00	54,03	19,39	9,70	4,85
200,00	62,41	36,18	18,09	9,05
240,00	68,69	60,18	30,09	15,05

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.

falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer no mercado suas necessidades básicas. Se falamos de necessidades alimentares estimadas ao custo de R\$80 mensais na Grande São Paulo, o déficit médio de cada brasileiro miserável seria R\$36 mensais.

Rateamos o menor valor de transferências em direção aos miseráveis capaz de içar cada indigente ao piso de suas necessidades calóricas. Por exemplo, quem recebesse a renda de R\$1 ganharia R\$79, e vice-versa. Enquanto, quem recebesse renda acima de R\$80 não receberia nada. A transferência média recebida pelos indigentes seria de R\$36 mensais para que a fome dos 50 milhões de miseráveis fosse aliviada até o mês seguinte.

A pergunta complementar é quanto de renda deveria ser transferido por cada pessoa que está acima da linha de indigência. Isto é, olhamos o problema agora na perspectiva dos não-miseráveis. Este número é de R\$15¹ por mês.

Obviamente, se mudamos a linha de miséria arbitrada de R\$80 as transferências de renda também mudariam. Por exemplo, se a linha fosse de R\$8 a contribuição média mensal seria de R\$0,15. Ao passo que se a linha fosse de R\$160, esta seria de R\$97.

Em todos os casos, seria razoável escalar a estrutura de contribuição para diferenciar o agente remediado daquele que está mais bem de vida. Uma possibilidade simples seria usar critério semelhante ao dos recebimentos dos indigentes e escalar o pagamento de forma proporcional ao excesso de renda em relação a um valor situado além da linha de miséria.

O conceito de dívida social corresponde ao estoque que daria origem prospectivamente a esse fluxo. Isto é, qual seria o

montante a ser aplicado de uma só vez que geraria os recursos necessários para saciar o dia-a-dia da fome dos indigentes. A resposta a esta pergunta depende da taxa de juros assumida.

Por exemplo, se aplicássemos os 0,5% ao mês da caderneta de poupança, R\$15 mensais transferidos perpetuamente corresponderiam a um estoque de R\$3.000. Já se a taxa de juros fosse 1% ao mês a dívida social por não-miserável seria de R\$1.500.

Estes exemplos são pedagógicos pois frisam a importância como objeto de política pública de natureza estrutural não só o volume de capital transferido como a sua respectiva taxa de retorno. Quanto mais alto o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital necessário para se chegar ao menor custo de um programa estrutural

capaz de eliminar a fome.

Obviamente, o fluxo de R\$15 mensais é muito menor do que o estoque de R\$1.500², o que decorre do fato de que aliviar a miséria é mais barato do que erradicá-la. Isto acontece quando olhamos para os sucessivos períodos que estão por vir e não apenas para a miséria presente. É preciso transcender o campo conjuntural da distribuição da insuficiência de resultados correntes e encarar o universo bem mais complexo e desafiador da distribuição das oportunidades. ▣

¹Coincidentalmente, R\$15,00 é o valor dado pelo bolsa-escola e pelo bolsa-alimentação, recém-distribuídas pelo governo federal no âmbito do projeto Alvorada. As relações fluxo-estoque aqui calculadas podem ser aplicadas a estes programas.

²Cabe lembrar que a taxa de juros real mensal de diversos programas de microcrédito no Brasil tem se situado em torno de 3,5% a.m. e a inadimplência tem sido na maioria das vezes baixa. Se a taxa de retorno do ativo fosse de 2% a.m., a transferência média de capital paga ao miserável cairia para R\$750, quase o valor de um computador usado.

A RENDA MÉDIA BRASILEIRA OCULTA A RIQUEZA DA BÉLGICA, A MISÉRIA DA ÍNDIA E A VIOLÊNCIA DA COLÔMBIA